

## ATA NÚMERO 15

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas e trinta minutos no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Jorge José Magalhães Mendes, António José Dinis Mesquita, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Raimundo Magalhães, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

#### **Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:**

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Octávia Manuel Clemente, **Joaquim Augusto Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, **António Magalhães Teixeira**, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Rui Miguel Borges**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – Hugo Vaz  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – José Francisco Azevedo Pinto  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Armando Coimbra  
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva  
SALVADOR – António Gomes Pinheiro  
TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – José Machado Babo  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA –  
Henrique Jorge Nunes Monteiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS  
E GATÃO – Faltou  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO  
DE REI – Ângelo Magalhães,  
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.  
CRISTINA – Daniel Pinheiro,  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO  
– Alfredo Teixeira Carvalho  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa  
Leite  
VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA –  
António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Alexandra Matias, Ana Cristina Varejão Reis e Maria José Castelo Branco.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião de 26 de junho. Foram feitas algumas correções solicitadas pelos senhores deputados municipais: António Araújo, Vitor Rei, Armindo Abreu, Hugo Peixoto, José Freitas Ribeiro. Feitas as correções, passou-se de imediato à votação da referida ata. De acordo com o novo Código de Procedimento Administrativo não votaram esta ata os senhores: Rui Miguel Borges, António Magalhães Teixeira e Joaquim Augusto Teixeira, pelo facto de não terem estado presentes na reunião de vinte e seis de junho último.

Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida até ao dia da presente reunião.

Encerrado este assunto, o senhor **PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA**, deu continuidade aos trabalhos, passando-se então ao **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**ANTONIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA J. F. DE ANSIÃES**

No uso da palavra referiu que na obra da autoestrada do Marão, se procede agora à construção dos aquedutos para o escoamento das águas. Verificou que a orientação dos aquedutos é feita para as propriedades envolventes, sem qualquer critério e sem a preocupação de minimizar os estragos que isso vai causar. Já alertou as entidades competentes para esse facto e deu a conhecer a situação à Câmara. Alerta mais uma vez a Câmara para que nesta fase da construção tenha uma atenção redobrada e interceda

junto das entidades competentes, por forma a poder-se desde já evitar e minimizar os problemas que a situação vai configurar no futuro.

### **AMÉRICO PAULO – PS**

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados, Público e Imprensa: no passado dia 9 do corrente mês e ano, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante, assinou um protocolo para a construção do novo quartel da GNR, com a Senhora Ministra da Administração Interna, com toda a pompa e circunstância, acusando o PS de não ter conseguido durante a sua gestão a construção do mesmo. O que o PS verificou nessa cerimónia foi uma falta de sentido de Estado por parte do Senhor Presidente da Câmara a fazer um discurso de campanha, num ato público, em que usava da palavra em representação do Município de Amarante e de todos os amarantinos.

E também por essa razão, certamente, o Protocolo foi intencionalmente esquecido, e como tal não foi lido aos presentes, limitando-se a assistência a ter sido convidada para unicamente bater palmas.

Na verdade, como todos sabem, já em março de 2011, sob a gestão Camarária do PS, havia sido aprovado um protocolo entre o Município de Amarante e a DGIE tendo em vista a construção do novo quartel da GNR de Amarante, em terreno a ceder pelo Município, nas instalações da antiga adega cooperativa.

Para se poder “varrer para debaixo do tapete” o protocolo então assinado em 2011, e votá-lo ao esquecimento, havia que revogar o anterior, o que foi feito, por proposta aprovada no Executivo em 6 de julho do corrente ano.

Ora, analisados e confrontados os dois protocolos, verifica-se que o seu “pecado”, nas palavras do Sr. Vice-Presidente Jorge Mendes é que faltava o valor para a construção do Quartel.

Ou seja, a única mudança do anterior protocolo assinado em julho de 2011, para o agora assinado em 2015, foi, além da pompa e circunstância, a inclusão de um teto, (1.416.000,00€ - um milhão e quatrocentos e dezasseis mil euros) fixando-se assim um limite máximo para o valor da construção do Quartel a pagar pela DGIE e GNR, além de se prever também um valor máximo para o projeto de execução até ao limite de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros).

De resto, o protocolo mantém-se exatamente igual ao anterior.

Ora o novo protocolo para além de não trazer nada de novo, vem limitar a ação da Câmara, pois se o valor da construção do novo quartel da GNR ultrapassar os valores definidos, a CMA é que terá de assumir esse custo, assim sendo não vejo benefício na alteração, mas sim desvantagem.

Quanto às acusações que o Senhor Presidente da CMA lançou ao Executivo Camarário anterior, devo lembrar que quem mais obstaculizou todo o processo, foi o PSD quer a nível autárquico, quer a nível governamental.

Vejamos: Em reunião de Câmara de 7 de abril e 1 de Setembro de 2008, foi proposto pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Armindo Abreu, a aprovação em minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Amarante e a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos (DGIE) para a construção do novo

Quartel do Destacamento da GNR de Amarante, sendo tal proposta reprovada com os votos contra do PSD e pelo Movimento Ferreira Torres- lembro só que o Presidente da concelhia do PSD de Amarante à data era o Dr. José Luís Gaspar, atual Presidente da Câmara de Amarante.

Relembro ainda: Em 19 de abril de 2011, foi apresentada nova proposta pelo Senhor Presidente da Câmara de então, para aprovar o “Protocolo a celebrar entre o Município de Amarante e a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos e a Guarda Nacional Republicana para a construção do quartel do Destacamento da GNR de Amarante, tendo sido aprovado com os votos a favor do Partido Socialista e com a abstenção do PSD deixando mais uma vez bem vincada a sua posição a este importante projeto.

Ficando a Câmara Municipal a aguardar do Governo liderado pelo Dr. Passos Coelho o Programa Funcional, para de seguida dar andamento ao projeto de arquitetura e especialidades.

O anterior Executivo fez várias diligências, das quais destaco diversos ofícios para o Sr. Ministro da Administração Interna que passado mais de um ano, não se dignou dar uma simples resposta ao solicitado.

O Partido Socialista considera que, tantos obstáculos criados pelo PSD à construção do Quartel da GNR na antiga Adega Cooperativa, traduzem bem a irresponsabilidade demonstrada pela oposição à anterior Câmara.

Mas mesmo com todas estas adversidades o Executivo liderado pelo Dr. Armindo Abreu conseguiu até final do seu mandato deixar o processo conduzido de forma a ser concluído pela gestão camarária seguinte.

Mas mesmo assim, o atual Executivo Camarário, ainda fez alguns zigzags, quanto à decisão do local de construção do quartel da GNR, ora fica na antiga Adega, ora vai para os Bombeiros.

Da parte do PS Amarante, ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara e a Coligação se esqueceram rapidamente de elaborar “aquele simples mas tão necessário estudo”.

Eis que finalmente o PSD assume a herança da construção do quartel da GNR deixada pelo Executivo Socialista.

Mas também fica provado que o PSD não soube ser oposição no interesse dos amarantinos, mas com atitude que vem tomando, também não sabe ser poder.

É certo de que os amarantinos podem contar com o Partido Socialista que terá sempre uma postura responsável, na defesa dos interesses dos cidadãos amarantinos, tanto no poder como na oposição. Neste caso concreto mostrou sempre a sua total disponibilidade para colaborar na conclusão de todo este processo.

Por isso não é sério por parte do Presidente da Câmara Municipal num ato público, assumir uma posição de ataque ao PS, mostrando a falta de sentido de Estado e aproveitando o facto de estar a representar o Município para fazer campanha, relembro, num ato público.

#### **HUGO VAZ – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GONDAR**

No uso da palavra perguntou ao senhor Presidente da Câmara se já tinha dado resposta a uma solicitação da Junta de Freguesia, no que diz respeito ao pedido das cartas do PDM para afixar na sede da Junta, de modo a que os habitantes da freguesia possam inteirar-se das alterações dentro dos prazos definidos para a consulta pública?

Terminou questionando se a falta de resposta ao seu pedido, teria a ver com alguma dilatação do prazo estipulado para a discussão pública do PDM?

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra começou por dirigir-se ao senhor Deputado Américo Paulo a quem disse que na intervenção que fez foi muito seletivo, porque apenas indicou as datas que lhe interessavam. O protocolo de 2011 que referiu foi assinado em trinta de março de 2011, à pressa, pelo então senhor Secretário de Estado do Governo do Partido Socialista. Depois a Câmara ficou à espera do programa funcional para fazer o projeto. Mas ficou à espera sentada. Na devida altura, enquanto Vereador da oposição alertou várias vezes o Executivo para não esperarem sentados, porque em fevereiro de 2013 o então senhor Presidente disse que tinha enviado ofício ao senhor Secretário de Estado a solicitar-lhe o programa funcional. Ou seja, desde trinta e um de março de 2011 até fevereiro de 2013, o Executivo ficou à espera do programa funcional. Aqui não foi o PSD. E dizia que oficiou, mas a grande diferença é a atitude e a vontade de fazer. Este Executivo depois de ter tomado posse não oficiou. Foi a Lisboa as vezes que foram precisas. Promoveu, neste dois anos, a vinda a Amarante de todas as entidades envolvidas no processo da construção do quartel. A diferença está nesta vontade e nesta determinação. Aliás, quando em 2009 entramos para o Executivo como oposição, logo em novembro a Câmara trouxe a minuta do protocolo. Na altura o PSD absteve-se para não dar azo a este tipo de discursos que o senhor Deputado veio aqui trazer; o discurso da vitimização. Nessa altura dissemos que acreditávamos que seríamos nós a construir o quartel, o que espero venha a acontecer.

O senhor Deputado só referiu as datas que lhe interessavam. Mas sabe senhor Deputado, o senhor Presidente da Câmara do Executivo anterior, já desde 2005 dizia que vinha a desenvolver diligências. O Dr. Francisco Assis, já dizia também que estava a desenvolver esforços. Portanto, senhor Deputado este assunto já há muito tempo que está para ser resolvido. Aliás em novembro de 2009 foi apresentada minuta de protocolo. Estiveram à espera para homologar o protocolo até trinta e um de março de 2011. E o Governo não era do PSD. Era o Governo do PS. Portanto, faça as contas senhor Deputado. Desde novembro de 2009, data em que o anterior Executivo, em maioria trouxe a minuta do protocolo, não há desculpas para dizer que era o PSD que impedia a construção do quartel. Até março de 2011, com um Governo PS e com uma Câmara do PS, o que é que então se fez senhor Deputado? Nada. Nada de consistente. Aliás nós fizemos uma declaração de voto na altura, que eu não resisto a ler porque traduz uma visão sobre isto tudo: *"PS anda a tentar construir um novo quartel para a GNR há mais de 15 anos, a maioria dos quais com maioria no Executivo Municipal e com um Governo da mesma cor política.*

*Porém, apenas nos últimos 2 anos, quando já não dispunha de maioria no Executivo, é que lhe "deu a pressa", pressa essa que, como adiante se verá, não traduzia um verdadeiro objetivo e uma efetiva preocupação em construir o quartel mas apenas a concretização de uma estratégia político-eleitoral.*

*Com efeito, após vários anos de inércias e indecisões, em 1998 o executivo socialista propôs contrair um empréstimo para a aquisição de um terreno para a GNR, proposta essa aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara e da Assembleia Municipal. Na altura, já se tratava de uma obra urgente, cuja conclusão se previa para 1999.*

*Depois, em 2000, o Executivo Socialista propôs a aquisição das instalações da antiga Adega Cooperativa pela quantia de 225.000 contos, proposta também aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara e da Assembleia Municipal...*

*“Entretanto, passaram mais três anos de indecisões, negociações e estudos e, só em 10 de Fevereiro de 2003, é que surge a proposta do Sr.*

*Presidente no sentido de*

*a Câmara manifestar junto de Sua Excelência o Senhor Ministro da Administração Interna “A sua disponibilidade para que o novo quartel da GNR possa ser instalado na antiga Adega Cooperativa de Amarante...”*

*“Tal proposta foi aprovada por unanimidade, mas só após terem decorrido mais 4 anos (dois deles com o PS em maioria absoluta na Câmara) sem nada ter sido feito, é que esta matéria vem novamente à Câmara, através de proposta do Sr. Presidente apresentada na reunião de 29 de outubro de 2007...”*

*“Nessa altura, após alguma discussão, nomeadamente sobre a localização para a construção do quartel, um dos então Vereadores do PSD solicitou que o assunto fosse deliberado na próxima reunião de Câmara, solicitação que mereceu deliberação favorável do Executivo.”*

*“Na reunião da Câmara de 12.11.2007, a proposta é de novo trazida à discussão. Nesta reunião, é apresentada uma proposta pelo PSD que, em síntese, refere a necessidade e urgência de providenciar à GNR novas instalações, salienta o já longo processo e refere as já citadas palavras do Sr. Presidente quando, em 2000, pretendeu comprar o espaço da antiga Adega Cooperativa. Solicita-se ainda, naquela proposta, que o executivo obtenha uma série de informações, tais como: qual o corpo policial (nº de efetivos); qual a área necessária; qual o custo de demolição; se existia algum instrumento de planeamento para aquele local. Avança-se também que não seriam necessários mais do que 2.500 / 3.500 m<sup>2</sup> para o Quartel.*

*Devido à falta de tais elementos e esclarecimentos, o PSD rejeitou a proposta do Sr. Presidente da Câmara”.*

*“De salientar aqui as palavras do então Vereador do PSD proferidas naquela reunião, em que referiu ser ridículo que o Sr. Presidente viesse imputar a terceiros a não construção do Quartel da GNR...”*

*“O PSD refutou reiteradamente tal acusação, lembrando ao Sr. Presidente que, para que tal construção fosse viabilizada bastaria, tão simplesmente, que ele esclarecesse as questões que lhe foram oportunamente colocadas...”*

## **HUGO PEIXOTO – PS**

O senhor Deputado, no uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Retomando uma temática que muita discussão gerou nesta Assembleia, a comparticipação da aquisição dos manuais escolares, gostaria de interpelar o Senhor Presidente da Câmara para o seguinte: É um facto que a educação é a melhor ferramenta que se pode disponibilizar à população, é o mecanismo por si só que nos permite desenvolver conhecimento e em última análise contribuir para uma evolução positiva na nossa vida em sociedade. Como tal é do nosso entendimento que todas as verbas alocadas a este domínio sejam muito mais investimentos do que meros custos analíticos.

Se tal é verdade, não é menos verdade que é da responsabilidade de todos os organismos públicos, nomeadamente da Câmara Municipal zelar pela boa gestão dos recursos existente. A exigência que se exige na educação deve ser equiparável à exigência que se exige na alocação de verbas à mesma.

Daí que em reunião de Câmara do passado dia oito de junho a proposta apresentada pela Câmara se tenha deparado com a oposição do Partido Socialista. A atribuição dos livros a todos e quaisquer alunos independentemente da situação socioeconómica dos seus agregados familiares não vem dissipar as desigualdades existentes à partida, é tratar de forma igual o que é desigual.

Assim sendo a proposta aprovada por maioria em reunião de Câmara contempla entre vários aspetos os seguintes:

- Atribuição de comparticipação a alunos do escalão A e B do 1º ciclo, no montante correspondente à diferença entre o valor atribuído pelo Governo e o preço de capa desses manuais;
- Atribuição de comparticipação a alunos pertencentes ao 3º escalão do abono de família no montante de 50% face ao preço de capa dos manuais.

Face a estes factos gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me respondesse de forma clara e direta à seguinte pergunta: O Partido Socialista não aprovou o apoio aos manuais escolares?

Pelo que disse anteriormente, a proposta aprovada contempla efetivamente um apoio aos manuais escolares de uma forma eficaz, com racionalidade e com uma coisa muito importante que é a boa gestão dos recursos públicos. Dar a quem não precisa não é mérito da Câmara, pois esses felizmente já conseguem chegar onde querem, ajudar e reforçar a ajuda daqueles menos afortunados isso sim, é um investimento de futuro e um mérito que todo e qualquer organismo público se deve orgulhar.

Contudo e apesar desta Câmara frequentemente se afirmar como sendo seguidora de políticas muito verticais, muito transparentes e nada populistas, gostaria de saber a propósito dos outdoors que as juventudes partidárias da coligação que chefia colocaram em Amarante, se concorda com a mensagem nada populista que eles possuem?

Apesar de afirmarem uma coisa errónea, possuem uma imagem nada reveladora da mensagem que pretendem transmitir - o cheque endereçado aos encarregados de educação.

Quem sabe a mensagem poderia ser semelhante, mas com a ressalva que a oposição chumbou a comparticipação de livros escolares a encarregados de educação com rendimentos de 50.000€ por exemplo. Ou o Partido Socialista chumbou o envio de cheques endereçados aos encarregados de educação e preferiu utilizar os canais já existentes através dos Agrupamentos Escolares para que de uma forma mais direta e rápida os livros chegassem aos seus usufrutuários.

A própria justificação para a abrangência tão lata da medida como sendo ela própria um estímulo à natalidade não passa disso mesmo, uma fórmula teórica de política abstrata.

Esse pressuposto deveria visar essencialmente a minha geração dos pré e pós trinta. Pois bem, estou certo que não é por a Câmara não oferecer os manuais escolares que as jovens famílias se vão decidir ou desistir de ter filhos”.

## **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra disse que lhe parecia que adivinhava que o assunto do quartel ia ser discutido e por isso também trazia a mesma ata que o Dr. Araújo trouxe. E que ia passar a ler aquilo que o senhor Deputado se esqueceu de ler. "É obvio que este processo já tem longos anos. Houve avanços e recuos. Agora, aquilo que não se compreende, e que foi questionado na intervenção do senhor Deputado da bancada do PSD, foi a falta de coerência política. É um discurso quando se está na oposição, outro quando se está no poder. Na altura, dizia o senhor Vereador do PSD, (e continuando onde o senhor Deputado do PSD terminou): *“De salientar aqui as palavras do então senhor Vereador do PSD proferidas naquela reunião, em que referiu ser ridículo que o senhor Presidente viesse imputar a terceiros a não construção do quartel da GNR. Por último, na reunião do Executivo de 01.09.2008, o senhor Presidente, sem nada fazer entretanto, veio apresentar exatamente a mesma proposta que já havia sido rejeitada pela Câmara em abril daquele ano, o que, para além de constituir uma falta de respeito pelas instituições e pelas regras democráticas, revelava a sua estratégia de culpabilização alheia pela sua inabilidade. Nessa altura, é obvio que a então Vereadora (substituta) do PSD rejeitou novamente a proposta, lembrando ao senhor Presidente que não estavam esclarecidas as questões oportunamente apresentadas pelo PSD e que continuava a faltar o estudo de requalificação urbanística da zona”*.

A responsável por essas palavras, aqui hoje presente, pode testemunhar aquilo que então defendeu em nome do PSD. Mas a declaração de voto do PSD termina da seguinte forma: *“Não obstante tal posição, continuamos, porém, firme e conscientemente convencidos da necessidade de ser elaborado um estudo de requalificação da zona em causa, que permitia evitar que se cometam mais erros devido à falta de planeamento (como aconteceu com outros investimentos de todos nós bem conhecidos), bem como, nas palavras do senhor Presidente, o “desenvolvimento harmonioso desta zona nobre da cidade”, em que existem bairros sociais a necessitar de remodelação urgente (Cancela de Abreu e Chentuada) e instalações escolares e de saúde a exigir uma perspetiva estratégica, integrada e ordenada de desenvolvimento urbano, assente numa mobilidade eficaz.*

*De todo o modo, o senhor Presidente da Câmara ainda está a tempo de “emendar a mão”, de honrar a sua palavra e o seu compromisso, mandando elaborar aquele simples mas tão necessário estudo. Esperamos convictamente, a bem de Amarante e dos amarantinos, que isso venha a acontecer”*.

Foi esta falta de coerência durante estes dois anos, desde que este Executivo tomou posse, que a leva a perguntar: onde está o tal estudo? Existe? Ainda ninguém o conhece. E se era essa a grande razão, já não devia estar feito esse estudo, porque afinal era simples. Mas aquilo que foi posto em causa, foi a falta de coerência política e o facto de nos ter trazido aqui a este auditório e nem sequer ter lido o protocolo, quando este era praticamente igual ao anterior. Houve uma falta de respeito para com as pessoas, porque no mínimo devia ter sido entregue às pessoas que estiveram presentes na cerimónia de assinatura.

## **ANTONIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse à oradora anterior que ela está agora com uma nova postura. Vem aperfeiçoar as intervenções dos oradores das bancadas. É uma nova moda, a moda da verdade material. Disse que ia perguntar à Dra. Octávia, embora sabendo que ela não lhe ia responder: "Acha que entre 2000 e 2013, e depois da Câmara ter comprado o terreno, não houve tempo de construir o quartel?" E ainda: Porque é que desde novembro de 2009 até setembro de 2013, com um Governo PS nada se fez de consistente? Porque é que desde 31 de março de 2011 até 2013, voltou a não se fazer nada de consistente? Porque é que o anterior Executivo não fez o que este fez que foi ir várias vezes a Lisboa para resolver o assunto, pressionando, trazendo cá as pessoas, sendo proactivo, sendo dinâmico, tendo atitude. Porque é que não fez isto?

### **LÚCIA COUTINHO – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS**

No uso da palavra disse "Que não pensava usar da palavra e por isso não vinha documentada com as atas. Mas depois da alusão e apesar de nela não se ter falado no seu nome, percebia-se que tinha a ver com a sua pessoa. E que por isso, teria de dizer alguma coisa. "Pelo facto de estarmos no final de uma campanha eleitoral, segundo as estatísticas, muito renhida, não pode valer tudo. Amarante merece da nossa parte um outro respeito, uma outra atenção". Disse depois que fez parte de um Executivo, não se envergonha de nada do que fez e teve muito gosto em fazer parte de uma equipa liderada pelo PSD. A forma como votou foi plenamente em consciência. Fê-lo de boa fé, com imenso estudo e com imenso detalhe. Fê-lo em consciência, respeitando também a posição do PSD porque também concordava com ela. Entendeu que com os conhecimentos que possuía e que era essa a posição que melhor defendia os interesses dos Amarantinos. Todos nós devemos estar aqui de boa fé. Está aqui hoje a falar não como elemento do Movimento, mas como pessoa, apesar de entender que não foi na sua honra. Queria deixar claro, para que não houvesse dúvidas de que foi ela quem na altura votou desfavoravelmente.

### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra disse que afinal tantas idas a Lisboa, tantos telefonemas, afinal não resolveram grande coisa. Afinal, não há ainda projeto, nem valores para o custo da obra e quem a vai pagar. Aquilo que se exigia é que se fizesse um aditamento ao protocolo. Nada que justifique a vinda da Senhora Ministra com toda a pompa e circunstância.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que a grande diferença é que vai ser construído o quartel. Há dinheiro, há cabimento e não há dúvida que o quartel vai ser mesmo construído. Que quer que lhe diga mais?

A senhora Deputada **Dra. Octávia Clemente** respondeu-lhe de imediato dizendo-lhe que um protocolo é assinado entre duas partes, logo vincula, e por isso tinha de ser executado.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para intervir, foi então dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

### **JOSÉ LUÍS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra começou por agradecer a chamada de atenção que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães fez relativamente aos trabalhos relacionados com as obras da auto estrada do Marão. Disse-lhe que em tempos, numa reunião que teve com a administração da empresa construtora do túnel, tentou que os barulhos que se faziam sentir fossem minimizados a partir de determinadas horas do dia. Não sabe se isso resultou em pleno, mas tem a certeza que tudo fez para minimizar o problema. Quanto a esta questão, vai pedir o agendamento de uma reunião para em conjunto com a empresa tentar encontrar a melhor solução para resolver o problema.

Respondeu de seguida ao senhor Deputado Américo Paulo dizendo-lhe que não concordava com ele quando diz que foi deselegante com a intervenção que fez. Aquilo que fez é aquilo que os senhores também já fizeram. Apenas deu a conhecer o historial da construção do quartel, que já leva trinta anos. Aliás, no princípio de todo este processo quem estava no poder era o PSD. Agora, também é verdade que quando aqui chegamos encontramos o assunto encaminhado. Foi isto que eu disse relativamente ao Executivo que me antecedeu. No entanto, em 2011 o processo estagnou. Não percebe porque é que o senhor Paulo Américo se sentiu tão ofendido. Se é por isto, quando começar a campanha eleitoral, então vai ser muito complicado.

Referiu na sua intervenção as diligências que este Executivo fez relativamente à assinatura “com pompa e circunstância” embora penitenciando-se pelo facto de não ter sido lido o protocolo. Foi um lapso. Mas foi explicado também aqui o porquê da assinatura desse protocolo. É que o anterior protocolo foi feito à pressa. Na altura o então Presidente da Câmara explicou na reunião de Câmara que recebeu um telefonema, onde lhe foi solicitado que preparasse com alguma celeridade o protocolo, que num curto espaço de tempo deveria ser assinado. Não é por aqui que vem o mal ao mundo. A questão é que não era preciso assinar um protocolo se isso não fosse necessário. A questão é que a DGIE deixou de existir e quem tem o orçamento é a GNR. O dinheiro virá da GNR. Eles tinham que levar ao Tribunal de Contas a rubrica cabimentada. Portanto, o protocolo tinha que dizer qual era o valor da cabimentação que ia ter. Tinha depois de passar pelo Ministério das Finanças para homologar e ir de novo ao Tribunal de Contas. Na devida altura foi claro nas explicações que deu a todos e principalmente ao restante Executivo. Aliás nem queria a maçada de ter de elaborar outro protocolo, porque se não tivessem de o fazer até aceleravam o procedimento. A GNR não se podia pronunciar sem ter isso. Essas foram as razões. Não havia qualquer problema em dar andamento ao protocolo anterior se ele satisfizesse estas questões. Aliás, foi com base nesse protocolo que se diligenciou para que o quartel seja construído.

Espera concluí-lo ainda durante este mandato.

Também não é verdade quando o senhor Deputado diz que era eu o Presidente da Comissão Política, nessa altura. Não era Presidente da Comissão Política, não era Deputado e nem Vereador.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Hugo Peixoto e no que diz respeito aos manuais escolares, só tem a dizer que quando o acusam de falta de coerência, só se prova que quem tem falta de coerência são eles. Quem tem falta de coerência são os senhores do PS. Na reunião onde foi tratado esse assunto, foi também tratado o assunto dos transportes escolares, porque havia a necessidade de permitir que os alunos do décimo ao décimo

segundo ano tivessem direito aos transportes gratuitos. Levou então à reunião do Executivo uma proposta. Não pediu que fossem só os do escalão A, ou os do B ou mesmo que os do C só tivessem direito a 50% do passe. Não pediu que fossem os Agrupamentos Escolares, porque a Câmara não podia mexer em nada, só passava o cheque. Ora vejam bem. Uns dias temos aqui equipas maravilhosas. Outros dias dizem que não valem nada e que tudo deve passar para os Agrupamentos. É esta a coerência de que estamos a falar. Então porque é que votaram contra a proposta dos transportes escolares? Deviam ter votado contra para serem coerentes. Passou-se o mesmo relativamente à proposta do IMI. Embora tivesse votado a favor, não concordou com a totalidade da proposta, porque entende que devia haver mais incentivo para quem tem três ou mais filhos. No entanto conseguiu-se a aprovação, embora quem vai ter mais redução na taxa do IMI é quem tem mais capacidade financeira, logo quem tem casa. Ora vejam a coerência desta gente. Eu não estou a dizer que discordo. Os senhores é que não estão a ser coerentes. Todos sabemos que são os que têm maior capacidade financeira que compram casa. Os que estão nos bairros sociais é que precisam de apoios. Não eram trinta mil euros que iriam fazer grande diferença.

A senhora Dra. Octávia vem falar do estudo da zona de implantação do quartel. Estão a trabalhar nisso. Além da ARU que já aprovamos, haverá mais duas que vão submeter à apreciação do Executivo e da Assembleia, onde uma delas tem a ver com a zona alta da cidade. Irá ser feito o planeamento que sempre defendeu. Além disso estão a trabalhar em programas de planeamento que depois também virão à aprovação do Executivo. Estão ainda a estudar os programas de requalificação para os bairros sociais. Portanto, aquilo que defendia no passado está hoje a fazê-lo e tem orgulho nisso, porque acredita que tem razão e espera que o tempo lhe venha também a dar essa razão.

Terminou a intervenção dizendo ao senhor Presidente da Junta de Gondar que estão a terminar a concertação com o ICNF. "A partir daí teremos disponibilidade para enviar à Junta de Gondar os mapas solicitados."

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse que apenas queria repor a coerência dos Deputados do PS bem como dos senhores Vereadores, não que eles precisem, mas também para dizer que o PS não é incoerente. Acrescentando "A coesão territorial é muito importante. É diferente a situação de um aluno que vive em Candemil ou Ansiães daquele que vive na cidade. O acesso aos meios é muito diferente. O que o PS quer é repor igualdade territorial e a coerência. Não vamos desistir de lutar para que todos os jovens tenham as mesmas oportunidades no que diz respeito às questões educativas. Orgulhamo-nos do nosso passado. Não podemos admitir que um jovem do nosso território seja considerado de forma diferente por viver em zonas do nosso território distintas. Para isso já basta o nosso país. Já vivemos no norte afastado do centralismo do sul. Não queremos o mesmo no nosso concelho. Por isso orgulhamo-nos da proposta que apresentamos, tendo em conta os princípios da coerência".

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, perguntou ao orador anterior se ele se estava a referir à proposta dos transportes. É que quem apresentou a proposta dos

transportes foi o Executivo. O PS votou a favor da proposta do Executivo. "Era só para corrigir".

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra. O senhor Presidente da Assembleia abriu o período destinado às intervenções do público. Inscreveu-se neste ponto o senhor:

**ANTÓNIO ADELINO**, que fez a seguinte intervenção: "Antes de mais, obrigado senhor Presidente, pelos documentos relativos às medidas preventivas relativas à barragem de Fridão (na pessoa do senhor Vice-Presidente Jorge Mendes pois foram os seus serviços que nos facultaram, o seu a seu dono); concordará que a EDP não prima pela lisura neste caso, foi-lhe concedida uma licença e comporta-se como se fossem os legítimos donos, «não comem nem deixam comer», e esperemos que não aconteça o que ainda há pouco foi noticiado que a EDP, ao fim de quarenta e tal anos, devolveu os terrenos aos seus antigos donos, pois tinha desistido da barragem em causa, (oxalá acontecesse com Fridão, porque como sabe sou contra a sua construção), em todo o caso não se pode manter isto indefinidamente, ou sim ou sopas, a EDP tem de se decidir, não acha?

Felicito-o pelo possível acolhimento de refugiados, trata-se de um ato de solidariedade que nos enobrece e não é demais salientar; na questão das águas (porque também se trata duma questão de solidariedade) corrija-me, se fizer o favor, se estiver errado, a diretiva comunitária, lei quadro da água basicamente põe em prática o principio do utilizador - pagador, deixa de haver o chamado custo social, suportado pela Câmara, e o consumidor terá de pagar na totalidade o custo real desse bem (no mandato anterior a uma questão sobre o valor efetivo que o consumidor pagava foi respondido à volta de 50%,o que significa que o tarifário estabelecido pelas Águas do Noroeste, cerca do triplo, 300%, é manifestamente exagerado e aí concordo com o senhor quando apelida de contrato leonino) e a hipotética fusão dos sistemas multimunicipais visa tão só suavizar os custos aos municípios do interior, tratando-se de um ato de solidariedade, coesão territorial, se for esta a razão estou totalmente de acordo (insisto corrija-me se estiver errado), só não percebo então o porquê do senhor estar contra, porque como digo, o possível acolhimento de refugiados trata-se de um ato humanitário, de solidariedade, tal como o da fusão das águas o é (para com os municípios do interior).

Quanto ao IMI, o modelo de bonificação acho-o curto (o senhor é alheio a este facto, é lei da República), considerar apenas os descendentes esquecendo os ascendentes ou outras pessoas a cargo, o valor patrimonial do imóvel, sem ter em conta a atual situação profissional, se está ou não empregado, se o vencimento atual está conforme a altura que se adquiriu (poder-se-á estar perante o caso de se ter um "Ferrari e não se ter dinheiro para a gasolina"), e porque nesta Assembleia alguém referiu que seria mais vantajoso para as famílias com filhos dar-lhes os livros, independentemente de terem ou não necessidade, do que aquilo que vão poupar com a redução do IMI, eu aproveitava a oportunidade de perguntar ao senhor Presidente que me informe, se fizer o favor, a propósito da figura do juiz social, se se trata de um magistrado e se dentro da área das suas competências, este caso (oferta grátis de livros a todos os alunos do 1º ciclo) poderá fazer parte?

Na sequência do assunto anterior (IMI), ou seja, as famílias seriam mais beneficiadas com a oferta dos livros do que com a redução (5%,10% ou 15%

consoante tenha 1, 2 ou 3 filhos), isto avançado por um membro desta Assembleia, que no debate político acalorado (que eu aprecio) criticou os adversários (da esquerda) dizendo que estes têm um problema com a propriedade privada, e pertencendo este senhor ao CDS (à direita, portanto) gostaria de dizer o seguinte (em jeito de digamos “História das Ideias”): em termos simplistas, a esquerda (é sim contra a propriedade privada, dos meios de produção), pugna pelo crescimento com justiça social, ou seja, desenvolvimento, ao passo que a direita almeja o crescimento sem ter em conta essa mesma justiça social, crescimento que não é sinónimo de desenvolvimento; e porque a pessoa em causa pertence a um partido que na sua génese se reclamava (não sei se ainda) da Democracia Cristã, que tão nobres contributos deu à Europa, ele (CDS) adepto (será?) da Doutrina Social da Igreja hoje também designada Pensamento Social Cristão, cujos valores são: a subsidiariedade, a opção preferencial pelos mais pobres, a solidariedade e o destino universal dos bens (os bens, os recursos, terão que estar ao serviço de todos, bem comum), ou seja, ninguém é dono de nada, somos apenas administradores desses bens; já agora aproveito para citar João XXIII - papa do concílio Vaticano II - que diz: «no evangelho, o direito à propriedade privada é considerado legítimo. Simultaneamente, porém, o divino Mestre dirige frequentes apelos aos ricos, incitando-os a converter os seus bens materiais em bens espirituais, dando-os aos necessitados.»; e portanto como corolário de tudo, direi que a esquerda não está sozinha na questão que se prende com a propriedade privada (mormente dos meios de produção) faz-se acompanhar da direita (CDS), isto se ainda for fiel à sua matriz democrata cristã. Em todo o caso, para mim este assunto extravasa a área ideológica (situar-se-á talvez na esfera filosófico-religiosa?).

Neste momento, o senhor **Presidente da Câmara**, colocou um ponto de ordem à Mesa, apelando ao senhor Presidente da Assembleia que não permita que os intervenientes do público possam fazer as considerações que o senhor Adelino fez.

O senhor **Presidente da Assembleia** respondeu-lhe dizendo-lhe que a lei foi reinterpretada no sentido do público poder agora fazer intervenções, não só com o fim de poder fazer perguntas diretamente à Mesa sobre interesses seus, mas poderem também tratar de qualquer assunto, nomeadamente exprimir uma opinião. Aliás, na nova lei das autarquias pode ler-se isso. Neste momento, o público pode não só fazer perguntas do seu próprio interesse, mas pode também fazer comentários e exprimir opiniões, desde que o faça dentro do período estipulado que são cinco minutos. É verdade que o senhor Adelino ultrapassa o tempo de uso da palavra, não colocou questões concretas e sendo assim, o senhor Presidente da Câmara reserva-se no direito de não lhe responder e aí fica o assunto resolvido.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que gosta de ouvir teorias e considerações, mas parece-lhe que esta não é a hora nem o local certo para o fazer. As perguntas do público merecem-lhe todo o respeito, mas entende que devem ser objetivas. Não podemos entrar neste tipo de considerandos, até porque a questão que lhe importa responder é a questão dos refugiados. Esclarecendo de seguida que a Câmara enviou um ofício para o Conselho Português dos Refugiados, no sentido de perceber como todo este processo irá funcionar, de modo a avaliar um eventual alojamento das famílias com crianças em idade escolar. Ninguém fica

insensível a esta temática. Está já marcada uma reunião com a Plataforma de Apoio aos Refugiados com a presença de todos os parceiros que se associaram a esta causa, como por exemplo a CERCI, a Terra dos Homens, a Misericórdia, entre outros. Acha que colaborar é um dever moral. "Sabemos que a cota para Portugal é de 1600 refugiados. Não são 1600 para Amarante como por aí se disse. De qualquer forma, vai ser preciso avaliar".

Continuou a intervenção para dizer que esteve recentemente em Wiesloch, na Alemanha, onde visitou umas instalações que acolhiam refugiados e deu para perceber a dimensão deste problema, porque uma coisa é falar, outra coisa é ver o drama daquela gente. Aliás, importa realçar que os jovens amarantinos que lá se encontram a estudar, têm em casa um refugiado que aguarda condições para poder um dia trazer a família de quem se separou. Esses jovens estão sensibilizados para esta causa.

Espera que Amarante, se necessário for, possa vir a criar condições para alojar alguns, dando-lhes as condições que eles precisam.

## **PERIODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra começou por dizer que ia apresentar uma análise e algumas questões para esclarecimento, que não tendo nenhuma objeção política de fundo em específico parece-lhe que são essenciais para o esclarecimento dos membros da Assembleia. Começando pela análise da situação financeira, aquilo que regista, "é que no mês de agosto temos uma execução da despesa em 50,1%, e no mesmo mês temos uma execução da receita de 54,3%, que são alguns valores que estão em baixa se fizermos uma distribuição mais ou menos linear da escala temporal".

Relativamente aos pontos que gostava de ver esclarecidos têm que ver com a alínea: "Consolidação de alguns projetos para muros de suporte". Gostava pois de saber se algum destes projetos estão relacionados com o muro de suporte na Rampa Alta, local onde passa algumas vezes, muro esse que já teve sinalização de segurança, mas que agora se encontra sem ela. Passam por ali muitas pessoas e se ainda não for feita qualquer intervenção, colocam-se as pessoas em perigo. A sua questão é saber se nessa consolidação de muros de suporte, está previsto este muro?

A segunda questão tem a ver com a construção das novas escolas de Vila Caíz, Barracão e Real. Gostava de saber qual o ponto de situação?

O PS gostava de ver de forma objetiva quais os custos do Rali de Portugal para o concelho, porque devemos fazer uma leitura objetiva daquilo que foi o investimento para a Autarquia, aquilo que é a rentabilidade deste investimento, que acredita ser rentável, mas não obstante tudo isso, devem ser conhecidos os valores que efetivamente estão agregados ao Rali e aqueles que eventualmente se possam desagregar em investimentos futuros para o Município. Parece-lhe que há coisas que estão incluídas no relatório, agregadas ao Rali que também possam ser prioritárias para o Município.

"Devemos ter dados que nos permitam fazer uma análise realista daquilo que foi uma prova que parece ter sido muito importante para o Município".

A quarta questão prendeu-se com a enorme quantidade de projetos de execução. "Vi na plataforma BaseGov que alguns estão ser adjudicados fora dos serviços camarários". E continuou para dizer que no princípio do mandato, o senhor Presidente da Câmara referiu várias vezes a importância dos quadros técnicos da Câmara, que podiam dar resposta a estas questões, sem ser necessário recorrer ao exterior. Falou também na altura na importância da qualificação profissional e da formação contínua dos colaboradores da Câmara porque são estes os elementos catalisadores do desenvolvimento de uma Autarquia. Gostaria pois de saber se foi feito algum plano de formação? Que avaliação faz desse programa? Quais as conclusões que tem para apresentar. Essa contratação prende-se com o facto de não se ter conseguido fazer uma maior requalificação dos quadros do município?

Disse ainda que viu pelas atas que no ano passado foi feito um protocolo com uma entidade do ensino superior, o ISEP, relativamente a uma colaboração em modelo de estágio curricular com a presença nos serviços de dois estudantes por ano. E perguntou: atendendo a que o ano passado não entrou nenhum estudante no Instituto de Engenharia Civil, assim como este ano, que avaliação faz desta medida? A parceria vai continuar?

#### **JORGE PINTO – PS**

No uso da palavra disse que analisou o relatório e não tendo grandes questões a colocar ao senhor Presidente da Câmara, nomeadamente de grande profundidade, porque não o são, derivam de algum desconhecimento que possa ter e que porventura não deveria ter. Contudo, colocará algumas questões e fará uma sugestão.

"A primeira tem que ver com o que li na página 20 do relatório, no que concerne à equipa técnica de manutenção e que se relaciona com a celebração do protocolo em Gatão - que julgo referir-se ao Centro Interpretativo do Vinho e da Vinha. Presumo que se tratará daquele espaço que já conhecemos há bastante tempo, e que tem a ver com a antiga escola de Gatão de Cima. Pretendo um esclarecimento acerca deste assunto.

Uma outra questão que não encerra em si nenhuma crítica de princípio. É uma ignorância e uma curiosidade enquanto cidadão amarantino e também como membro da Assembleia. Tenho o direito de saber. Vi na representação honorífica do senhor Presidente da Câmara que em determinado dia esteve na inauguração da escultura alusiva a Teixeira de Pascoaes, que se encontra no Café Bar em S. Gonçalo. Pergunto se para aquela escultura o Município teve algum encargo financeiro?

A última questão prende-se com a adjudicação a gabinetes externos à Câmara do projeto de recuperação e reabilitação do Bairro Cancela de Abreu. Não tenho muito a opor, a não ser dizer que com uma equipa tão valiosa, que tantas vezes ouço dizer que existe nesta Câmara, penso que este projeto podia ter sido elaborado pelos técnicos da Câmara, uma vez que estes também devem produzir para aquilo que ganham, aliás como todos nós.

Neste relatório aparece também na página 17, uma alínea com um projeto à parte relacionado com o comportamento térmico dos bairros sociais. Aquilo que sugiro é que o poder político dê indicações ao gabinete técnico para que na reabilitação dos Bairros, fosse equacionada desde já a colocação de

painéis fotovoltaicos, que produziram energia para o autoconsumo das famílias carenciadas que lá vivem hoje, ou que possam vir ali a viver. Não custa muito dinheiro e julgo que em termos de eficiência energética e defesa do meio ambiente ficaria bem ao Município de Amarante. Ficaria muito contente com isso porque permitiria a essas famílias usufruírem de energia gratuitamente".

### **JORGE MENDES – VEREADOR DO URBANISMO**

No uso da palavra disse que relativamente ao muro da Rampa Alta foi feito um protocolo com o ISEP. Foi elaborado um estudo e vai ser feito o projeto de execução.

Quanto aos estagiários disse que houve apenas estágios curriculares. Foram elaboradas teses de mestrado em duas áreas específicas. Foi entretanto solicitado ao ISEP que os alunos fizessem na Câmara a defesa da dissertação das teses de mestrado. São provas públicas que serão abertas a todos que desejem estar presentes

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que começou por dizer que relativamente às escolas, estão à espera do desenvolvimento que o IGF e o Tribunal de Contas possam vir a dar, para depois se poder ver o que se vai fazer.

Quanto ao facto de não serem os técnicos da Câmara a executar os projetos, disse que eles não têm capacidade de resposta, por mais que trabalhem. Porque as solicitações são muitas, não resta outra solução que não seja a de mandar executar a gabinetes externos os projetos. Obras pequenas são executadas pelos nossos técnicos. As outras são executadas por gabinetes externos. Não estamos com isto a dizer que os técnicos não têm capacidade, ou que são incompetentes. Não têm é tempo para tanto volume de obras que se está a fazer.

Relativamente aos custos do Rali de Portugal disse que os custos diretos foram estimados em 207.000 euros. Já tem uma ideia acerca do retorno. O Automóvel Clube de Portugal não publicou ainda o estudo. Mas para Amarante esse retorno cifrou-se na casa dos milhões. De qualquer das formas, dentro de pouco tempo vai ser possível ter acesso ao relatório final dos custos.

Quanto à escultura recentemente colocada no Café Bar, disse que a Câmara não colaborou financeiramente na escultura. A iniciativa foi do proprietário do café. Aliás, não o fez nem podia fazê-lo uma vez que essa estátua foi colocada no interior de um café privado.

Relativamente ao comportamento térmico e à eficiência energética apontada pelo senhor Deputado Jorge Pinto, disse-lhe que tudo passará por uma auditoria inicial que dirá qual o grau de eficiência. Para Amarante está destinada uma verba de um milhão e meio para a eficiência energética. Só aí é que haverá uma aprovação.

Por fim, disse que o protocolo que referiu tem apenas a ver com o pagamento da segunda tranche do protocolo do Centro Interpretativo do Vinho Verde, instalado na escola de Gatão.

### **PONTO Nº 2 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DAS TAXAS**

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

**OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra começou por dizer que a proposta é igual à dos anos anteriores. Para afirmar a seguir "Mas já que falamos em tanta coerência, impõe-se um reparo àquilo que o senhor Presidente disse aquando da discussão dos transportes escolares onde tentou fazer uma mistura com o assunto manuais escolares e o seu alargamento, referindo ainda a questão do IMI e os benefícios para as famílias com três ou mais dependentes. O senhor Presidente deu então a entender que a sua proposta podia ir mais além na questão das famílias com três ou mais dependentes. O que é certo é que a Coligação nesta questão da redução do IMI, e se fossemos coerentes, pegando de novo nas palavras do senhor Presidente da Câmara proferidas no Período da Antes da Ordem do Dia, que disse que só pagaria IMI quem tem casa; portanto quem tem casa é rico. Não percebo porque é que fez um proposta para baixar uma taxa, já ela no mínimo, que englobaria então aquelas pessoas que têm dinheiro. De qualquer das formas o PS regozija-se com esta falta de coerência e votará favoravelmente e com entusiasmo esta proposta que mantém as taxas de IMI no valor mínimo".

**JOSÉ LUIS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente disse à oradora anterior que mantinha a coerência. Tem dois dependentes e vai ter uma redução no IMI. Acha que se calhar não valia apena porque essa redução não é significativa. Para os manuais escolares obviamente que é diferente. Para si a educação devia ser gratuita. Mas isso é ele que entende. A senhora deputada entende que não. Todos os anos vai fazer uma proposta nesse sentido, mas sabe que lhe vão pedir para a retirar. Enquanto cá estiver vai apresentar sempre uma proposta para que os manuais escolares sejam gratuitos, porque isso é que é ser coerente. No IMI estamos a falar de um valor na casa dos setenta mil euros, que é mais ou menos o valor do impacto da medida. Para as famílias numerosas estamos a falar de nove mil euros, valor que neste momento faz todo o sentido. Aliás, a percentagem até devia ser maior. Infelizmente a lei baliza, porque nós devemos ajudar independentemente do escalão que tenham. Devemos ajudar quem decidiu constituir famílias grandes. Devemos estimular a natalidade, embora se saiba que não é por aí que se resolve o problema. Isto é uma questão de política nacional. Devia ser uma política a trinta anos e ser resolvida de uma vez por todas pelos partidos da governação.

Terminou a intervenção, dizendo que não andou com bandeiras a dizer que manteria as taxas do IMI no mínimo, por isso é que sempre votamos favoravelmente, no passado, esta questão das taxas.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Desta votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO Nº 3 – IIª REVISÃO ORÇAMENTAL AOS DOCUMENTOS PREVISI-**

**ONAS DE 2015**

Como nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 23, Votos a favor – 27.** Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos por **Unanimidade.** A senhora Deputada Octávia Clemente. Fez uma declaração de voto dizendo que a sua bancada se absteve, porque a discussão deste ponto está na base da discussão do orçamento.

**PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA O RECRUTAMENTO DE UM TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE PSICOLOGIA.**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra disse que o PS não tinha objeções relativamente a esta proposta, "Mas considerando que ainda recentemente discutimos aqui estas questões de pessoal, venho no fundo reconhecer nesta proposta que o Executivo já melhorou a fundamentação, naquilo que impõe o Orçamento de Estado. Eu continuo a entender que relativamente ao aumento da despesa com o pessoal, a informação que nos é dada é pouca. De qualquer das formas foi bom o PS ter levantado algumas questões porque assim o Governo Municipal melhorou as propostas. Contudo, a forma e o modelo organizacional compete sempre a quem dirige os destinos do Município. A nós só compete fiscalizar o cumprimento da legalidade e da oportunidade resultante da aprovação do orçamento".

**ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que no último mandato também havia propostas como esta. Não viu que a fundamentação fosse diferente daquela que é hoje apresentada. Pensa que esta fundamentação está mais completa que algumas das que votou no passado.

**OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra disse que o Orçamento de Estado de 2015 não estava em vigor no fim do mandato do Executivo que terminou em 2013. "As regras eram outras. Agora não há dúvida que esta proposta está muito melhor fundamentada".

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. A proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE.**

**PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA RENOVAÇÃO DOS PRAZOS DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS**

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, a proposta foi votada de imediato, tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**.

**PONTO Nº 6 – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS  
SOBRE A  
INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA  
SEMESTRAL  
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015 – APRECIÇÃO**

Como nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra e como era um documento só para apreciação não houve qualquer votação.

**PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA  
DE AL-  
TERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO IET - INSTITUTO  
EMPRESARIAL  
DO TÂMEGA**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**LÚCIA COUTINHO – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS**

A senhora Deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: "O Movimento Independente Amarante Somos Todos nada tem a objetar à proposta de alteração estatutária. A questão substantiva não merece reparo.

Para os Amarantinos não será muito relevante, para não dizer que pouco importará, que os associados do IET possam diferir a realização das unidades de participação que subscreveram de um para cinco anos, aumentando-se assim o prazo para a realização efetiva dessa participação.

Concorda-se, em abstrato, com a justificação que consta da proposta de alteração estatutária, que é uma evidência, ou seja, que o facto de novos associados poderem realizar a sua participação em tempo mais dilatado poderá atrair novos associados o que, em tese, será vantajoso para o IET.

Com o que discordamos, salvo sempre opinião mais avisada, é que esta deliberação tenha que ser tomada por esta Assembleia e que seja da sua competência.

O I.E.T. – Instituto Empresarial do Tâmega é uma associação de direito privado que se rege pelos seus estatutos. A relação entre os vários associados do IET, nos quais se inclui o Município de Amarante, e entre aqueles e esta entidade rege-se pelos seus Estatutos e pela Lei.

Pretender que seja esta Assembleia Municipal a aprovar uma proposta de alteração dos estatutos de uma associação de direito privado parece-nos um condicionamento, uma ingerência, na vida desta associação de direito privado.

Por entendermos que não se justifica este agendamento e não pela questão de fundo, e sendo coerentes com o que acabamos de expor, iremos abstermo-nos.

**FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP**

Usou da palavra para dizer que tem algumas dúvidas relativamente a esta proposta porque não sabe se é uma proposta de avaliação onde cada

associado tem direito a número de votos de acordo com as unidades de participação realizadas através da entrada de capital, e se for assim, isso não pode conflitar com o facto da alteração permitir que depois o capital se possa realizar num período mais alargado. Ou seja: eu tenho a intenção, subscrevo e depois materializo num espaço maior. Será que isto não tem aqui uma subversão da efetiva manifestação do equilíbrio de votos, ou só depois de realizada é que tem direito a isso. Significa que em cada ano que vou materializando capital vou ganhando mais votos em função do capital efetivo?

Nesta altura obteve da parte dos juristas presentes a confirmação de que seria assim. Disse então que se os juristas entendem assim, estava esclarecido.

Como não havia mais nenhum Deputado inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 4, Votos a favor – 49**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos por **Unanimidade**.

**PONTO Nº 8 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERES-  
DE UM SE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO  
MADEI- ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL – REQUERENTE:  
CARPINTARIA, LDA. PRIME FABRICAÇÃO DE OBRAS DE  
MANCELOS LOCAL: LUGAR DE SERRA DE ÁGUA E LEITE -**

Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. O assunto foi votado de imediato tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**.

**PONTO Nº 9 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERES-  
EXPLORAÇÃO SE MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DA  
MARINHO PECUÁRIA – REQUERENTE: MARIA MANUELA P.  
LOCAL: LUGAR DA TEIXEIRA - MANCELOS**

Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. O assunto foi votado de imediato tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. A senhora Deputada Octávia Clemente, fez uma declaração de voto para dizer que a bancada do PS votou a favor, tendo em conta o douto parecer do Dr. Fernando Oliveira.

Como não havia mais nenhum ponto na agenda de trabalho, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram vinte e três horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

**O**  
**PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O** **PRIMEIRO**  
**SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O** **SEGUNDO**  
**SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

Da presente reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

**O**  
**PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O** **PRIMEIRO**  
**SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O** **SEGUNDO**  
**SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

